Inflação baixou ligeiramente nos Açores

Preços sobem mais nos transportes, restaurantes, hotéis, produtos alimentares e bebidas

A taxa de inflação média dos últimos doze meses nos Açores subiu para 4,14%, no país foi de 6,65%, revelou ontem o SREA.

A taxa de variação homóloga regional foi de 6,27%, sendo a nacional de 10,14%.

A taxa de variação mensal foi de 0,01% nos Açores e 1,24% no país.

A taxa de variação média dos últimos doze meses, terminados em outubro, do Índice de Preços no Consumidor, "Total", subiu para 4,14%.

As maiores variações médias positivas verificaram-se nas classes "Transportes" (10,73%), "Restaurantes e hotéis" (9,97%), "Produtos alimentares e bebidas alcoólicas" (6,06%) e "Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis" (2,43%).

Em sentido contrário, a classe que apresentou a maior variação média negativa foi a do "Vestuário e calçado" com -2,84%.

A taxa de inflação nacional foi de 6,65%.

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor, "Total" de outubro, situou-se nos 6,27%, diminuindo 0,10 pontos percentuais em relação à taxa divulgada no mês anterior.

A taxa homóloga a nível nacional foi de 10,14%.

Inflação ameaça empresas do canal HORECA

Segundo o mais recente inquérito da AHRESP, realizado durante a segunda quinzena de setembro e a primeira de outubro, quer para as empresas de restauração e similares, bem como do alojamento turístico, "as consequências da inflação são cada vez mais preocupantes para a sustentabilidade dos negócios".

Para 71% das empresas da restauração, e para 83% das empresas de alojamento, os custos com matérias-primas aumentaram até 50%.

A escassez de produtos essenciais também já se faz sentir nas nossas atividades, conforme referido por 73% das empresas da restauração e por 26% do alojamento.

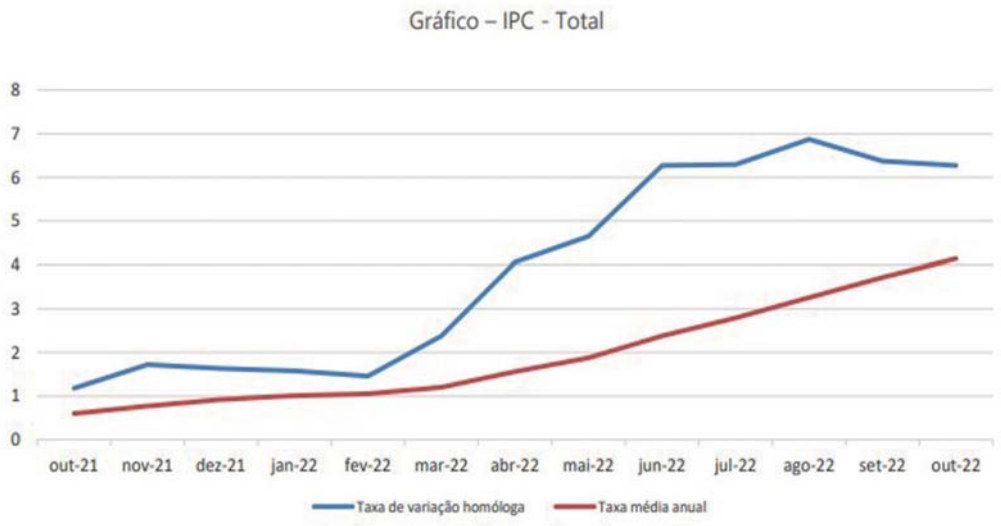
Reduzir IVA da energia

Perante este agravamento de custos, a actualização dos preços de venda foi inevitável, com 83% das empresas da restauração e 69% do alojamento a aumentarem os seus preços de venda. Na restauração (51%) e no alojamento (45%), o aumento não ultrapassou os 10%.

Como seria de esperar, ao entrarmos na chamada "época baixa", a retração no consumo já se evidenciou.

No mês de Setembro, 54% das empresas de restauração e 49% do alojamento sentiram quebras na facturação até 20%. O inquérito revelou ainda quebras significativas, superiores a este intervalo.

Para atenuar os efeitos perversos deste ciclo inflacionista, que poderá vir a agravar-se, a AHRESP tem vindo a propor medidas temporárias, como a aplicação da taxa reduzida de IVA nos serviços de alimentação e bebidas e nas tarifas de energias, gás e electricidade. As respostas ao inquérito,



confirmam a pertinência destas medidas, na medida em que, para a restauração, 89% das empresas confere como prioritária a medida do IVA e para 81% do alojamento a redução do IVA na energia.

A ausência de medidas preventivas, irá provocar um novo aumento de preços, despedimento de trabalhadores e encerramento de empresas. Na restauração, 68% ponderam aumentar preços, 37% provocar despedimentos e 13% encerrar a actividade. No caso do alojamento turístico, 63% das empresas refere também que terá que aumentar preços, 15% irá avançar com despedimentos e 8% equaciona o encerramento da actividade.

As perspectivas para o último trimestre do corrente ano são muito preocupantes. 45% das empresas da restauração e 31% do alojamento, consideram que este último trimestre será pior ou muito pior que o 4º trimestre de 2019.

Para além do contexto inflacionista, a subida das taxas de juros certamente que também provocará um forte impacto no rendimento disponível das famílias, conduzindo inevitavelmente a uma retracção no consumo dos nossos serviços.

"Estamos certos que o Governo, atento à conjuntura e ao seu provável agravamento, procure melhorar o nível de rendimento familiar, como aliás recentemente já aconteceu, evitando o que atrás se referiu", afirma a AHRESP.

"Naturalmente que também se espera que o Governo venha a implementar mecanismos que permitam um saudável desenvolvimento das actividades económicas que representamos, assegurando o contributo que o Turismo confere à economia nacional", conclui a nota da AHRESP enviada ao nosso jornal.

Bolieiro sai em defesa de Artur Lima

O Presidente do Governo dos Açores revelou que vai "acompanhar pessoalmente" a revisão ao diploma que regula o pagamento de horas extraordinárias aos médicos, em vigor desde Sexta-feira, negando "categoricamente" qualquer tentativa do Vice-presidente em "desconsiderar" os profissionais.

"O nosso objectivo é revisitar o diploma. Eu próprio, como Presidente do Governo, vou acompanhar essa revisitação e conversar com os representantes dos médicos para encontrar uma solução que diminua o recurso à prestação de serviços, que dignifique os profissionais e promova um limite máximo adequado ao trabalho suplementar", afirmou José Manuel Bolieiro, chefe do Executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, em declarações aos jornalistas, após uma visita à Ala Pediátrica do Hospital da Horta.

Questionado sobre as declarações do Vice-presidente do Governo, Artur Lima (CDS-PP), que na Sexta-feira disse que os médicos "não podem usar o dinheiro como moeda de troca para dispensar" a prestação de cuidados, Bolieiro negou "categoricamente que tenha havido qualquer intenção de desconsiderar os colegas médicos".

"Ele [Artur Lima], como médico, e o Secretário Regional da Saúde, têm-se empenhado para dignificar o trabalho médico. Esteve longe dessa intenção [desconsiderar os médicos]", assegurou o Presidente do Governo, considerando que as declarações do Vice-presidente criaram "interpretações difíceis".

No início da semana, médicos do Hospital Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, disseram que não iam realizar mais trabalho suplementar depois de atingidas as 150 horas extraordinárias a que estão obrigados por lei, levando o Secretário Regional da Saúde, Clélio Meneses (PSD), a assinalar que um novo diploma aumentaria o valor das horas extra dos médicos.

Bolieiro revelou que o diploma, que entrou em vigor na Sexta-feira, vai ser novamente revisto.

"Foi vetado [pelo Representante da República] e devolvido ao Parlamento. Cumprimos, para não atrasar, mas o nosso objetivo é revisitar o diploma", afirmou.

Bolieiro adiantou também que o trabalho suplementar feito em Novembro pelos médicos vai "já ser pago de acordo com o novo diploma".

O Presidente do Governo indicou que o Executivo "está estimulado em valorizar os profissionais de Saúde".

"Em nome do Governo, tive sempre a oportunidade de fazer um agradecimento aos profissionais de Saúde, em particular aos médicos, que estão exaustos de tanta dedicação mas não abalaram do sentido de responsabilidade para que o SRS não entrasse em colapso", disse.

Segundo o diploma em vigor, os médicos que façam horas extraordinárias na urgência ou atendimento permanente nos Açores têm um novo acréscimo remuneratório por hora a partir da primeira posição remuneratória de assistente graduado sénior.

A majoração do valor pago por hora suplementar é de 1,25 (25%) na primeira hora do trabalho diurno, de 1,50 nas horas seguintes, passando para 2 (100%) no caso de ser trabalho nocturno em dias da semana ou diurno aos Sábados, Domingos, feriados e descanso semanal, sendo que o índice sobe para 2,5 no trabalho nocturno dos Sábados, Domingos, feriados e descanso semanal.

De acordo com o documento, "atingido o limite anual previsto, o trabalhador médico interessado" tem de se mostrar "disponível para realizar, quando necessário, um período que não pode exceder 96 horas num período de referência de oito semanas".

No Sábado, o BE/Açores acusou o Vice-presidente do Governo Regional de "autoritarismo", ao "tratar os médicos como soldados", alertando que "o Executivo tem de decidir quem é o responsável" pela tutela, actualmente dividida em "capelinhas partidárias".